

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br

SUMÁRIO

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

2. MATERIAL DE APOIO

3. NOTÍCIAS

4. BANCO DE PEÇAS

COORDENAÇÃO DO CAO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

HENRIQUE SCHNEIDER NETO

Promotora de Justiça e Coordenadora

CARLOS RUBENS DE FREITAS OLIVEIRA FILHO

Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto

EQUIPE TÉCNICA

ANA VITÓRIA SARAIVA DE AZEVEDO PONTES

Auxiliar Ministerial

JHENNIFER ALINE DOS SANTOS LIMA PHILIPPSSEN

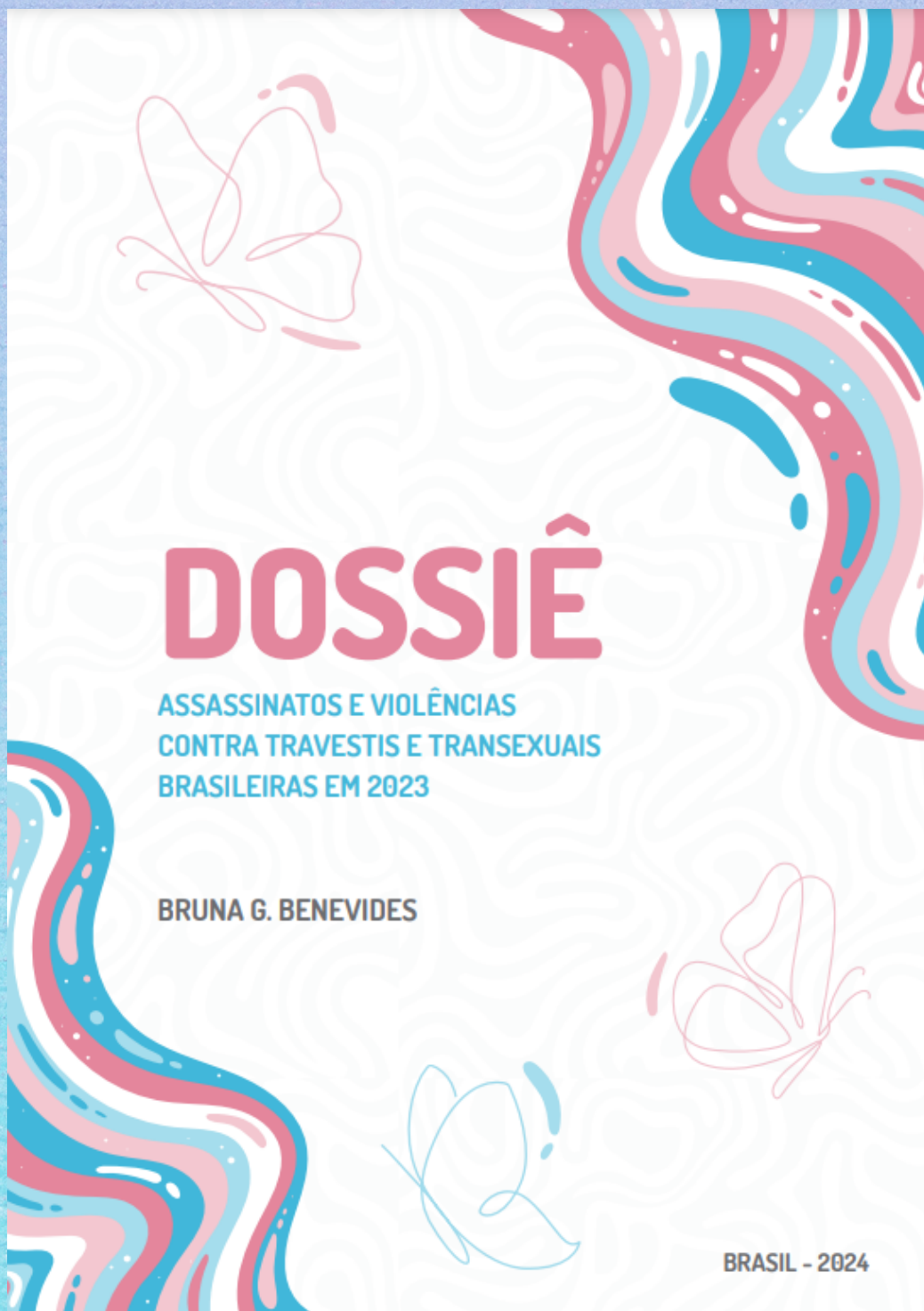
Residente

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

-  Comissão aprova projeto que cria fundo para amparar vítimas de violência sexual. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Comissão aprova regra para reiterar que vagas para pessoas com deficiência em estacionamento abrangem autismo. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Comissão aprova obrigação de penitenciárias de oferecer produtos de higiene pessoal para presas. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Comissão aprova política de proteção aos direitos das pessoas com TDAH. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Projeto cria serviço telefônico para receber denúncias sobre povos indígenas. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Projeto pune estabelecimentos que facilitarem turismo sexual. Para saber mias, clique [aqui](#).
-  Projeto suspende sanção contra agricultor familiar caso resposta de órgão ambiental demore mais 90 dias. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Projeto prevê anulação de créditos e de diplomas de alunos que fraudarem a Lei de Cotas. Para saber mias, clique [aqui](#).
-  Projeto garante atendimento a pessoas com deficiência no SUS sem marcação de consulta. Para saber mais, clique [aqui](#).

2. MATERIAL DE APOIO

DOSSIÊ: ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2023



Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).

RELATÓRIO: DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+



A presente pesquisa teve como objetivo compreender as formas de violência sofridas pela população LGBTQIA+ que foram judicializadas.

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).

3. NOTÍCIAS



8 de janeiro: CNJ reflete força das instituições na defesa da democracia. Para saber mais, clique [aqui](#).



MDHC assina acordo para construir Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+. Para saber mais, clique [aqui](#).



Casamentos homoafetivos no Brasil aumentam em nove anos. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projetos do MPF de alimentação para indígenas e comunidades tradicionais são selecionados em prêmio da OMS. Para saber mais, clique [aqui](#).



Plataforma X – antigo Twitter – atende a pedido do MPF e restabelece medidas de combate à transfobia. Para saber mais, clique [aqui](#).



CNJ lança #BlocodoRespeito: campanha de conscientização contra o assédio no Carnaval. Para saber mais, clique [aqui](#).



Paridade de gênero nos tribunais agrega diferentes visões de mundo às decisões. Para saber mais, clique [aqui](#).



40 anos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; o que mudou? Para saber mais, clique [aqui](#).



Supremo reabre ao público exposição em memória aos ataques de 8/1. Para saber mais, clique [aqui](#).

4. BANCO DE PEÇAS

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar** informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área dos Direitos Humanos.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail **cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br**.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO